

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS - CCAAB
GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA FLORESTAL

PARA ALÉM DA BELEZA DOS MONTES:
ANÁLISE DIALÉTICA DA PERCEPÇÃO SOCIAL ACERCA DO PARQUE NACIONAL
DA CHAPADA DIAMANTINA.

JOURNEI PEREIRA DOS SANTOS

CRUZ DAS ALMAS-BA
FEVEREIRO DE 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS - CCAAB
GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA FLORESTAL

PARA ALÉM DA BELEZA DOS MONTES:
ANÁLISE DIALÉTICA DA PERCEÇÃO SOCIAL ACERCA DO PARQUE NACIONAL
DA CHAPADA DIAMANTINA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Engenharia Florestal da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB pelo estudante Journei Pereira dos Santos, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Engenharia Florestal, sob a orientação da Prof. Dr. Jesus Manuel Delgado-Mendez.

JOURNEI PEREIRA DOS SANTOS

CRUZ DAS ALMAS-BA
FEVEREIRO DE 2018

PARA ALÉM DA BELEZA DOS MONTES:
ANÁLISE DIALÉTICA DA PERCEPÇÃO SOCIAL ACERCA DO PARQUE NACIONAL
DA CHAPADA DIAMANTINA.

JOURNEI PEREIRA DOS SANTOS

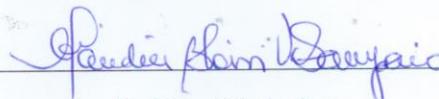
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Colegiado do Curso de Engenharia
Florestal da Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia - UFRB pelo estudante
Journei Pereira dos Santos, como requisito
parcial para obtenção do grau de Bacharel em
Engenharia Florestal.

Aprovada: 02/02/2018

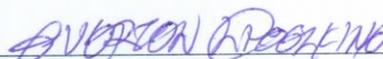
Comissão Examinadora:



Prof. Dr. Jesus Manuel Delgado-Mendez



Prof. Dra. Cláudia Bloise



Prof. Dr. Everton Poelking

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, que lutaram tanto para proporcionar aos filhos aquilo que nunca tiveram.

DEDICATÓRIA ESPECIAL

Ao gentil povo da Chapada Diamantina, razão maior deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor de todas as coisas e de vários nomes: Olorum, Alá, Jeová, Deus e a todo(a)s que de alguma maneira contribuíram para materialização deste sonho.

“O mundo é o que se vê de onde se está.”

Milton Santos.

RESUMO

As Unidades de Conservação são importantes instrumentos para a proteção dos recursos naturais. Porém, somente o processo de criação destes espaços naturais protegidos não é suficiente para assegurar a efetiva preservação da natureza. Deste modo, cabe aos gestores ambientais encontrar estratégias para mitigar os conflitos com alguns setores da sociedade, e assim consolidar estas áreas protegidas e as políticas públicas ambientais.

Desde sua criação, o Parque Nacional da Chapada Diamantina vem enfrentando muitos problemas com a comunidade residente e do entorno, por conta de atividades nocivas ao meio ambiente, como a caça, o garimpo clandestino, o turismo desordenado, a agricultura, questões de regularização fundiária, etc. O presente trabalho busca compreender a dinâmica desta relação conflituosa a partir da óptica dos moradores dos quatro municípios que compõem a maior parte do território do Parque Nacional: Palmeiras, Lençóis, Andaraí e Mucugê. Para tanto, foram usados como instrumentos de pesquisa um questionário assistido/semiestruturado e a técnica de Rede Semântica Natural.

Os resultados apontaram para um considerável déficit de ações de caráter de educomunicação. Contudo, o estudo também indicou um grande desejo de participação popular nas atividades desenvolvidas pelo Parque Nacional, o que mostra uma boa perspectiva de se promover uma maior interação entre a gestão desta Unidade de Conservação e a comunidade local.

Palavras-chave: Percepção Social, Parque Nacional, Rede Semântica, Chapada Diamantina.

RESUMEN

Las áreas protegidas son importantes instrumentos para la protección de los recursos naturales. Pero, sólo el proceso de creación de estos espacios naturales protegidos no es suficiente para asegurar la efectiva preservación de la naturaleza. De este modo, es la responsabilidad de los gestores ambientales encontrar estrategias para mitigar los conflictos con algunos sectores de la sociedad, y así consolidar estas zonas protegidas y las políticas públicas ambientales.

Desde su creación, el Parque Nacional de la Chapada Diamantina viene enfrentando muchos problemas con la comunidad residente y del entorno, por cuenta de actividades nocivas al medio ambiente, como la caza, la lavra clandestina, el turismo desordenado, la agricultura, cuestiones de regularización agraria, etc. El presente trabajo busca comprender la dinámica de esta relación conflictiva a partir de la óptica de los habitantes de los cuatro municipios que componen la más grande parte del territorio del Parque Natural: Palmeiras, Lençóis, Andaraí y Mucugê. Para ello, se utilizaron como instrumentos de investigación un cuestionario asistido / semiestructurado y la técnica de Red Semántica Natural.

Los resultados apuntaron a un considerable déficit de acciones de carácter de educomunicación. Sin embargo, el estudio también indicó un gran deseo de participación popular en las actividades desarrolladas por el Parque Nacional, lo que muestra una buena perspectiva de promover una mayor interacción entre la gestión de esta área protegida y la comunidad local.

Palabras clave: Percepción Social, Parque Nacional, Red Semántica, Chapada Diamantina.

LISTA DE ABREVIATURAS

ENCEA: Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

MMA: Ministério do Meio Ambiente

PARNA: Parque Nacional

PNCD: Parque Nacional da Chapada Diamantina

RPPN: Reserva Particular do Patrimônio Natural

SNUC: Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza

UCs: Unidades de Conservação

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Lavra de diamante em Lençóis.

Figura 2: Vista aérea do PNCD e dos limites das quatro cidades pesquisadas.

Figura 3: Aplicação do questionário e execução da técnica de Rede Semântica Natural em Palmeiras-BA.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de pessoas entrevistadas em cada município pesquisado.

Gráfico 2: Grau de escolaridade dos moradores entrevistados na região do PNCD.

Gráfico 3 : Faixa etária dos moradores entrevistados na região do PNCD.

Gráfico 4 : Rede Semântica Natural da Região do Parque Nacional da Chapada Diamantina.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Lista com as dez principais sugestões dos moradores do entorno do PNCD.

Tabela 2 - Conjunto SAM com as palavras definidoras com maior Peso Semântico (PS) e suas respectivas Distâncias Semânticas (DSC) na região do Parque Nacional da Chapada Diamantina.

SUMÁRIO

Dedicatória	
Dedicatória Especial	
Agradecimentos	
Resumo	
Lista de Abreviaturas	
Lista de Figuras	
Lista de Gráficos	
Lista de Tabelas	
1. INTRODUÇÃO.....	16.
2. UM MEGULHO NO CONTEXTO.....	17.
2.1. A Chapada Diamantina.....	17.
2.2. Um Pouco de Dialética.....	21.
2.3. Um Pouco de Percepção Social.....	22.
2.4 Unidades de Conservação: Baluartes da Natureza.....	22.
2.5 Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza- SNUC.....	24.
2.6 Conflitos Socioambientais.....	26.
2.7 A Complexidade dos Gestos Simples.....	27.
3. METODOLOGIA - O Caminho e os Passos.....	29.
3.1 A Pesquisa Social.....	29.
3.2 Estrutura da Pesquisa.....	29.
3.3 Uma Questão de Ética.....	29.
3.4 Caracterização da Área de Estudo.....	30.
3.5 A Perda Arte da Escutatória.....	31.
3.6 Uma Rede de Possibilidades.....	33.
3.7 Levantamento dos Dados.....	34.
3.8 Análise dos Dados.....	34.
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	36.
4.1 Perfil dos Entrevistados.....	36.
4.2 Por entre as veredas das Respostas.....	38.
4.3 As Nuances da Rede Semântica Natural.....	41.
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45.
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	46.
ANEXOS.....	50.

1. INTRODUÇÃO.

As Unidades de Conservação (UCs) são imprescindíveis para a proteção do meio ambiente e da biodiversidade. No entanto, a consolidação destas áreas protegidas é um processo relativamente recente no Brasil, e ainda enfrenta considerável resistência por parte de alguns setores da sociedade. De tal modo, se faz mister que as UCs passem a atuar não somente na preservação dos recursos naturais, mas que também possam servir como espaços de conhecimento e conscientização para a população do entorno sobre a problemática das questões ambientais (JACOBI *et al*, 2004).

Estreitar de maneira harmônica a interface entre as áreas protegidas e as comunidades adjacentes é um desafio mais do que necessário, tanto para a efetivação das políticas públicas quanto para a mitigação dos conflitos socioambientais. Sobre este contexto, é essencial para os gestores ambientais entender a conduta dos integrantes das comunidades que estão próximas às Unidades de Conservação, uma vez que são estes os agentes principais do território a ser protegido (BRAGAGNOLO *et al*, 2016). Ou seja, a compreensão da percepção dos atores sociais pode ser uma ferramenta relevante para superação dos conflitos e para a otimização das atividades conservacionistas promovidas pelas UCs; cabendo aos gestores ambientais – como os legítimos representantes do Poder Público – criar os meios possíveis para a consumação deste processo.

Nesta perspectiva, o presente trabalho tem como principal escopo captar e analisar dialeticamente a essência da percepção dos moradores de quatro dos seis municípios que compõem a área do Parque Nacional da Chapada Diamantina (Palmeiras, Lençóis, Andaraí e Mucugê), através da aplicação de um questionário assistido/semiestruturado e da execução da técnica de Rede Semântica Natural, para abarcar o cerne da relação entre esta Unidade de Conservação de proteção integral e a comunidade adjacente; fornecendo subsídio teórico para o aprofundamento de pesquisas acerca deste eixo temático, bem como para o aperfeiçoamento das futuras ações da gestão do Parque Nacional junto à população residente e do entorno.

2. UM MERGULHO NO CONTEXTO

2.1 A Chapada Diamantina

Aspectos Gerais

Localizada no centro do Estado da Bahia, a região da Chapada Diamantina corresponde à porção setentrional da formação geológica denominada Cadeia do Espinhaço e abriga as nascentes dos principais rios baianos: rio Paraguaçu e rio de Contas. Sua estrutura de relevo é bastante acidentada, formada basicamente por grandes afloramentos rochosos, maciços residuais, serras elevadas e vales estreitos e profundos; além de possuir dezenas de cavernas e grutas de formação calcária, constituindo um dos maiores campos para os estudos espeleológicos no Brasil. A Chapada Diamantina corresponde ao ponto mais alto do Nordeste brasileiro, com altitudes que variam de 200 a mais de 2000 metros acima do nível do mar, atingindo seu ápice no Pico do Barbado, com 2.033 metros de altura (MMA, 2005). A flora da região é bem diversificada, constituindo um vasto e peculiar mosaico de formações florísticas de caatinga, campos rupestres, cerrado e de mata atlântica (VELLOSO, 1991); apresentando um considerável número de espécies endêmicas. A fauna é igualmente rica, sendo composta por muitos exemplares ameaçados de extinção (ICMBio, 2007).

Breve Histórico

A descoberta de sítios arqueológicos de arte rupestre na região da Chapada Diamantina lançou luz sobre a indicação de que os primordiais habitantes deste lugar foram os povos pré-colombianos; que no decorrer do processo de sucessão histórica passaram a ser substituídos por populações indígenas, como os Maracás e os Tapajós. Posteriormente, ocorreu a ocupação portuguesa que, ao desbravar as fronteiras do interior da Capitania da Bahia de Todos os Santos, ergueu muitas vilas sobre a égide do sofrimento e do sangue dos gentios bravos e dos cativos negros.

Para uma melhor compreensão do processo de ocupação pós-indígena da Chapada Diamantina, é preciso traçar uma divisão histórica suplantada pelos diferentes ciclos econômicos da região, uma vez que estes foram determinantes na formação social deste lugar de beleza ímpar.

Fase Pecuária

Atendendo às ordens de D. João III, explicitas através de um decreto real instituído em 1549, Thomé de Sousa – o então Governador-Geral da colônia portuguesa – promulgou o envio das primeiras tropas de desbravadores rumo ao sertão baiano. No entanto, as pioneiras excursões chegariam à região da Chapada Diamantina somente no final do século XVI (GANEM & VIANA, 2006).

Todavia, o processo de povoamento das novas terras só fora efetivamente ocorrer nos meados do século XVII, depois de consolidada a expulsão dos índios Maracás e realizada a distribuição das sesmarias. Assim, a região do entorno da Chapada passou a ser ocupada por fazendas de gado (CAFÉ & BRITO, 1996).

Fase Aurífera

A fixação definitiva dos colonos na Chapada fora alavancada no início do século XVIII, com a descoberta de ouro nas porções norte e sul da região. Tal acontecimento provocou uma grande confluência migratória, propiciando o desenvolvimento acelerado dos povoados de Jacobina e Rio de Contas. Assim, a Coroa Portuguesa – na tentativa de pugnar a extração ilegal do valioso minério – autorizou a exploração de ouro nessas regiões, mediante o pagamento de um quinto de tudo que viesse a ser lavrado (GANEM & VIANA, 2006).

Depois de menos de um centenário de vigor produtivo, o ciclo do ouro entrou em decadência nos primeiros anos do século XIX. O ouro de aluvião foi ficando cada vez mais escasso e uma crise financeira profunda se abateu sobre as principais vilas da região, levando a um acentuado processo de êxodo populacional (TEIXEIRA & LINSKER, 2005).

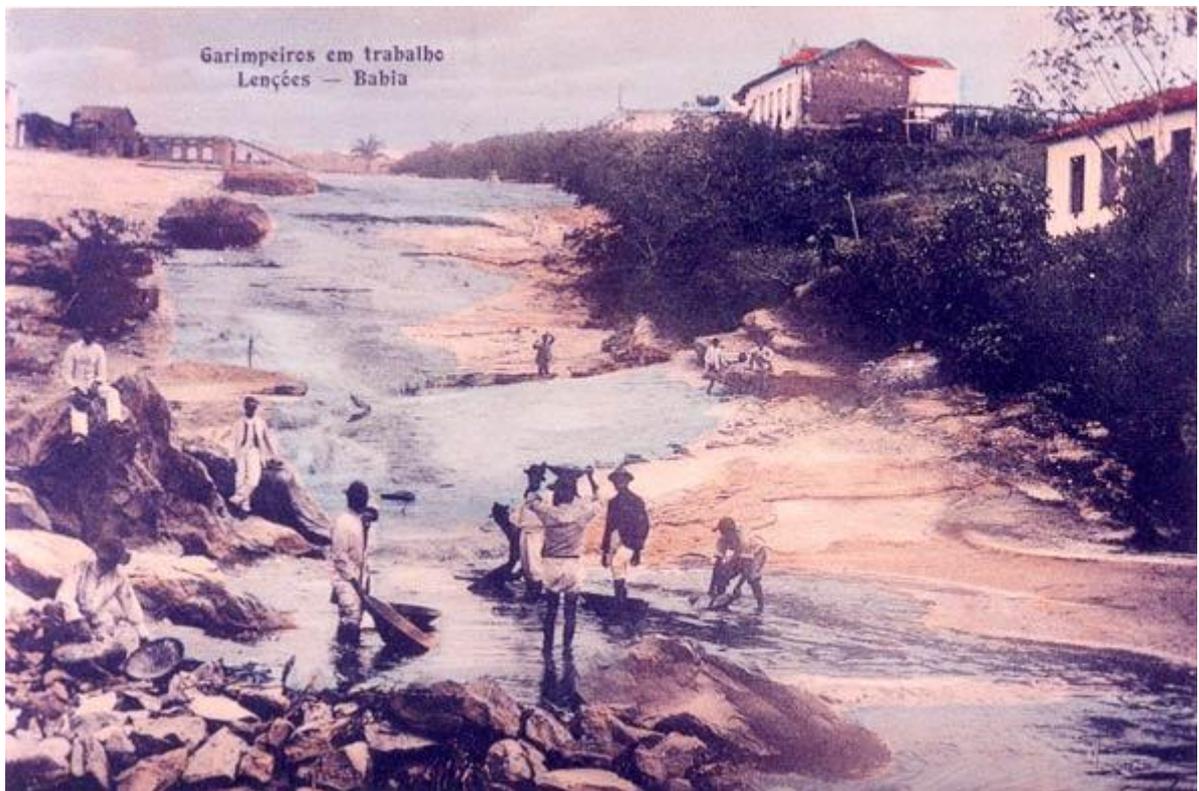
Fase Diamantífera

Em meio às cinzas da crise do ouro, a Chapada Diamantina se reergueu apoiada na descoberta de grandes reservas de diamante no rio Mucugê, o que provocou uma nova onda migratória para região. Segundo Ganem & Viana (2006), esta fase econômica promoveu o desenvolvimento de muitos povoados, destacando-se Mucugê e Lençóis, que se tornaram os maiores pontos de concentração de garimpos. Ainda de acordo com os autores supracitados, a exploração do diamante possibilitou àquela população de garimpeiros, que em sua ampla maioria era formada por indivíduos marginalizados e que provinham de condições de extrema

pobreza, um processo agudo de ascensão social, visto que a lavra de diamante não exigia tantos equipamentos e nem mesmo grande conhecimento técnico para sua execução.

No entanto, passados vinte e cinco anos de apogeu, a baixa do valor de mercado do diamante por conta da descoberta de novas jazidas na África, arrefeceu o ciclo diamantífero em terras baianas (FALCÓN & DUTRA, 1978). Mas, o garimpo ganharia um novo fôlego no final do século XIX, com a valorização do carbonato no mercado internacional. Desde então, a exploração de diamante na região declinou, tornando-se uma atividade realizada de maneira isolada, sendo exercida por pequenos grupos de garimpeiros, principalmente após a criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina em 1985. Nos anos 90 a nova ordem econômica e ambiental, que apontava o ecoturismo como uma perspectiva para promover o desenvolvimento da região, acabou motivando uma série de iniciativas de caráter governamental contra a prática do garimpo, culminando com a total proibição da atividade mecanizada de extração de diamante no ano de 1996 (MATTA, 2006).

Figura 1: Lavra de diamante em Lençóis.



Pintura: Acervo Histórico de Lençóis.

Fase Turística

O ano de 1973 pode ser considerado o marco inaugural para a atividade turística na região da Chapada, pois neste ano a cidade de Lençóis fora declarada como Patrimônio Histórico e Cultural Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Na década seguinte, tanto Mucugê como Rios de Contas também receberam o renomado título. Outro acontecimento relevante para o desenvolvimento do setor fora a criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina, que promoveu uma ampla divulgação dos atrativos naturais desta exuberante região.

Na derradeira década do século XX a atividade de turismo cresceu de forma exponencial, muito por conta dos investimentos governamentais em infraestrutura e em vias de acesso para as cidades da região. Neste aspecto, podemos destacar a construção do Aeroporto de Lençóis, melhorias na BR-242 e os incentivos para o desenvolvimento da rede hoteleira.

Atualmente, o turismo é a atividade mais importante para a economia local. Contudo, apesar do setor ainda não ter alcançado o seu ápice em termos de potencial, já há indícios de problemas sociais oriundos do crescimento desordenado do turismo na Chapada Diamantina, o que pode trazer consequências diretas sobre os ecossistemas locais (ICMBio, 2007).

Fase do Agronegócio

A agricultura fora uma das primeiras atividades desenvolvidas na região, sendo predominantemente de subsistência. Entretanto, por possuir condições edáficas e climáticas favoráveis ao plantio de algumas culturas mais exigentes, como o café, por exemplo, a Chapada Diamantina nos últimos anos vem despertando o interesse do agronegócio. De tal modo, a agricultura irrigada – especialmente na região localizada entre os municípios de Mucugê e Ibicoara – vem ganhando espaço na economia local. Porém, tais empreendimentos representam uma ameaça ao equilíbrio ambiental, pois além de lançarem resíduos de insumos agrícolas ao longo do rio Paraguaçu e seus afluentes, também promovem o barramento em vários trechos destes cursos d'água, como é o caso da barragem do Apertado, em Mucugê, e a barragem de Bandeira de Melo, em Itaetê (ICMBio, 2007).

2.2 Um Pouco de Dialética

Na Grécia antiga, a expressão “*Dialética*” definia uma forma bem específica de argumentação que consistia basicamente em dois processos: *Análise* - Que era o processo de descoberta das contradições contidas no raciocínio do interlocutor e *Síntese* - Que era a negação da validade de uma argumentação e a superação desta por outra (GADOTTI, 1990).

Ao longo da história inúmeros filósofos apresentaram suas concepções acerca da Dialética: Platão (424-347 a. C.) acreditava que ela era antes de tudo a busca da verdade; Aristóteles (384-322 a. C.) a concebia como uma opinião ou uma probabilidade, não a verdade propriamente dita; Hegel (1770-1831) a definia como sendo a “Síntese dos Opostos”; já Karl Marx (1818-1883) fez uma severa crítica ao idealismo da dialética hegeliana e propôs o *Materialismo Histórico*, pois para ele a consciência, o pensamento e a ideia são meros reflexos da realidade concreta (VASCONSELOS, 2014). Mas o que seria de fato a Dialética? Numa acepção mais moderna deste conceito, Konder (1981) assim a define: “A dialética é o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação.”

Neste sentido, a teoria marxista passa a ser – não como uma doutrina, mas sim como um método que se propõe a analisar de forma concreta as situações concretas (SAVIANI, 2004) – uma teoria que entende o sujeito como um ser constituído através de determinações sociais e com total capacidade de (re)significar estes valores e práticas sociais, transformando a si, bem como o meio no qual está inserido. Desta forma, a dialética materialista propicia uma concepção mais concreta da realidade, fornecendo as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante do real (FREISLENBEN, 2013).

Contudo, somente identificar as contradições da realidade não é suficiente, é preciso entendê-las e, principalmente, agir para superá-las. Karl Marx deixa explícita a essência desta perspectiva ativa do Materialismo Histórico em uma famosa máxima das Teses sobre Feuerbach: “*Os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de diversas maneiras; o que importa mesmo é mudá-lo.*” – Sendo este o nobre princípio filosófico que servirá de farol para nortear as análises deste parco trabalho.

2.3 Um Pouco de Percepção Social

Proveniente do termo latino *perceptio*, a palavra “Percepção” tem seu significado atrelado ao ato de compreender, aprender através dos sentidos (FIGUEIREDO, 2015). Porém, este termo possui uma esfera semântica muito ampla, que acaba por abarcar um vasto leque de outras tantas acepções possíveis.

A forma como percebemos o meio que nos cerca define a nossa relação com este mesmo meio. Outrossim, o espaço ao interagir com o indivíduo exerce sobre este uma força tal que, por muitas vezes, pode moldar os seus pensamentos e ações. Portanto, a percepção não é um mero ponto de vista da realidade, e sim o ponto de partida para sua atribuição de valor e sentido. De acordo com Gonçalves & Hoeffel (2012), todo indivíduo enxerga e interpreta o meio no qual está inserido seguindo a perspectiva do seu próprio olhar, com base em suas experiências prévias, anseios e expectativas. Para Chauí (1999) a percepção não é ocasionada simplesmente pela ação dos objetos sobre os indivíduos e vice-versa, mas sim pela interação entre estes elementos.

Analisar a percepção social é uma tarefa de difícil execução; pois tal processo flerta com os aspectos subjetivos que constituem a realidade, o que nem sempre permite que tais aspectos possam ser devidamente estimados. Deste modo, Tuan (1980) afirma que a captação e avaliação dos elementos que remetem à percepção humana, por serem extremamente complexos, acabam exigindo uma análise mais detalhada, capaz de abarcar os mais diversos fatores. Entretanto, Pradeiczuk (2015) salienta que mesmo que a percepção social não venha a se manifestar constantemente na vida cotidiana dos indivíduos, não significa dizer que esta não esteja sendo vivenciada.

2.4 Unidades de Conservação: Baluartes da Natureza

A historiografia aponta origens completamente divergentes quanto ao aparecimento das primeiras áreas naturais protegidas. Alguns autores afirmam que tais áreas surgiram inicialmente na Europa, ainda no período medieval, enquanto que outros apontam que a gênese destes espaços preservados deve ser atribuída a civilizações mais antigas, como seria o caso da Dinastia Zhou (1122 a.C.), que formalmente recomendava a conservação das florestas em seu território, e dos Romanos (450 a.C.), que na famosa Lei das XII Tábuas incluíram

disposições para prevenir o desmatamento. Fato é que, o conceito de áreas protegidas atualmente concebido surgiu no Século XIX com a criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos. De acordo com Dorst (1973), o surgimento de Yellowstone serviu de estímulo para consolidação de outras unidades de conservação em solo norte-americano, mas também se configurou como uma moderna e relevante referência no mundo ocidental para o processo de proteção da natureza. Outro marco importante provém do fato de que este foi o exato momento em que as atividades de conservação passaram a ser assumidas oficialmente pela figura do Estado, que ficou a cargo de gerir estes espaços conservacionistas em prol dos interesses públicos (HASSLER, 2005).

A primeira iniciativa concreta para a concepção de um parque nacional com o intuito de proteger os recursos naturais em território brasileiro data de 1876, quando o engenheiro e abolicionista baiano André Rebouças – também fortemente influenciado pela então recente criação de Yellowstone – sugeriu ao Imperador Dom Pedro II a criação dos Parques Nacionais da Ilha do Bananal e de Sete Quedas. Porém, o primeiro Parque Nacional brasileiro só fora oficialmente instituído 61 anos depois, em 1937, quando o presidente Getúlio Vargas, através do Decreto Nº 1.713, instituiu a criação do Parque Nacional de Itatiaia, no estado do Rio de Janeiro (ICMBio, 2008). No entanto, Borges *et al* (2009) ressaltam que a fundação do Jardim Botânico em 1808, apesar de não possuir um caráter conservacionista, significou um marco rumo a regularização de áreas protegidas no Brasil.

Todavia, fora o século XX o período no qual ocorreram as maiores transformações para questão ambiental no Brasil, uma vez que inúmeros acontecimentos de natureza política e jurídica propiciaram novas perspectivas. Tais eventos podem ser observados na breve cronologia abaixo:

- 1934 - São sancionados o Código Florestal, o Código de Minas e o Código das Águas;
- 1964 - É promulgada a Lei nº 4.504, que trata do Estatuto da Terra;
- 1965 - Atualização do Código Florestal;
- 1967 - São editados os Códigos da Pesca, da Caça e da Mineração (em substituição ao Código de Minas de 1934), além da criação da Lei de Proteção a Fauna;

- *1973 - Criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente;*
- *1981 - Editada a Lei nº 6.938, que estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente; que constitui o Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA e cria o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA;*
- *1989 - Promulgada a Lei nº 7.735, que cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;*
- *1992 - Sancionada a Lei nº 8.490, que cria o Ministério do Meio Ambiente;*
- *1997 - Promulgada a Lei 9.433/97 que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Recursos Hídricos;*
- *1998 - Instituída a Lei de Crimes Ambientais;*
- *2000 - Criada a Lei nº 9.985, que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC.*

2.5 Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC

A criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza significou um dos maiores avanços nas políticas públicas ambientais no Brasil. Fruto de um longo e árduo processo de reivindicações de ambientalistas e setores progressistas, o SNUC fora concebido de maneira a reforçar as ações das Unidades de Conservação, garantindo assim um processo de planejamento e gestão de forma integrada, com amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas. Justamente por possuir este caráter de integração, o sistema é gerido pelas três esferas governamentais: federal, estadual e municipal (MMA, 2017). Neste contexto, os objetivos do SNUC foram assim definidos em seu Art. 3:

I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;

II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;

III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;

IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;

V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;

VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;

VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;

VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;

IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;

X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;

XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;

XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;

XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente (BRASIL, 2000).

Para viabilizar a sua dinâmica organizacional, o SNUC estabeleceu a classificação das UCs em duas categorias, com características e finalidades específicas, explicitadas em seu Art. 7:

I – Unidades de Proteção Integral: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre.

II – Unidades de Uso Sustentável: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Deste modo, atendendo aos interesses práticos do presente trabalho, se faz deveras relevante destacar o principal objetivo de um dos componentes da categoria de Proteção Integral: o Parque Nacional. Definido nos seguintes termos pelo Art. 11 da Lei nº 9.985 de 2000:

O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

§ 1º O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

§ 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

§ 4º As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal (BRASIL, 2000).

Segundo Figueiredo (2011), as áreas naturais protegidas devem ser administradas de tal modo que também contemplem os interesses das populações residentes. Para tanto, o SNUC – em seu arcabouço legal – também apresenta uma interessante perspectiva de efetivação da participação popular nos processos de criação, implementação e gestão de áreas protegidas, além de legitimar a presença das populações tradicionais em categorias específicas de UCs e incentivar a promoção da educação ambiental nestes espaços (MMA, 2015).

2.6 Conflitos Socioambientais

O êxito das Unidades de Conservação passa, indubitavelmente, pela superação dos conflitos socioambientais, uma vez que a criação de UCs, por si só, não será suficiente para assegurar a preservação dos espaços naturais se não existir uma equilibrada relação homem-natureza (LUCENA, 2010), mesmo porque ao longo da história humana ocorre um processo de ruptura progressiva do homem com o meio que o cerca (SANTOS, 1994). Ao termo que a conciliação de interesses diversos – por vezes antagônicos – acaba se configurando como um vasto, senão o maior, desafio para os gestores de áreas protegidas no Brasil.

Os motivos para o surgimento de situações conflituosas em zonas protegidas são diversos, e vão desde a resistência das populações locais e a restrição de acesso aos recursos naturais, passando pelas formas de ocupação do território e os entraves fundiários, além de questões que envolvem interesses econômicos e políticos (MMA, 2015). Sendo assim, uma gestão eficaz deve dispor de condições operacionais e técnicas – considerando sempre os fatores objetivos e subjetivos – para estabelecer o diálogo com os atores sociais na busca por soluções viáveis para os conflitos; uma vez que não se pode jamais desconsiderar o imenso potencial do diálogo, pois a problematização crítica contribui decisivamente para edificar o homem enquanto sujeito da transformação da realidade (FREIRE, 1983).

Neste cenário, visando à efetivação do princípio de gestão democrática proposto pelo SNUC, cabe afirmar que as ações tanto de mediação quanto de superação dos cenários conflituosos devem ser inexoravelmente edificadas sobre a tríade: Gestão Participativa, Comunicação e Educação Ambiental. Para tanto, é necessário concretizar os planos de manejo, criar e fortalecer os chamados conselhos consultivos das UCs – que muito embora seja uma exigência legal, mas somente 33% das UCs Federais e estaduais até o ano de 2008 possuíam um conselho instalado (PALMIERI & VERÍSSIMO, 2009). Outro processo relevante é a implementação da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação (ENCEA), que visa consolidar as políticas públicas estabelecidas no SNUC e efetivar as ações do Ministério do Meio Ambiente - MMA, bem como do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, através da construção de espaços inclusivos e de fortalecimento da cidadania, envolvendo democraticamente os atores sociais nos processos de tomada de decisão (MMA, 2015).

2.7 A Complexidade dos Gestos Simples

Freire (1996) ressalta a relevância da reflexão sobre a ação (práxis), pois para o autor, considerando a ação como um instrumento pedagógico dentro da dinâmica dialética de transformação da realidade, é mais do que necessário pensar sobre o ato a se fazer, o ato de fazer e sobre o ato feito, para que assim se possa fazer melhor, porque “[...] a reflexão leva à ação”. Destarte, para evidenciar a importância da ação (refletida e avaliada), lançarei mão de uma pequena e atemporal fábula do nobre filho da Macedônia:

Entre o Nó e a Espada

Górdio fora um antigo rei da Frígia (Ásia Menor), que certa vez decidiu amarrar sua antiga carroça a uma coluna do Templo de Zeus num gesto simbólico, para que assim jamais esquecesse a sua origem humilde de camponês. O nó que prendia a carroça era tão reforçado e intrincado, que o povo local disseminou a lenda de que era impossível de ser desatado. O desafio imposto pelo nó de Górdio era tamanho, que o oráculo do reino afirmou – diante da falta de herdeiros diretos para o trono vago e ante tão insolúvel enigma – que quem desatasse o nó de Górdio seria não somente o Senhor da Ásia Menor como também exerceria seu domínio sobre o mundo. Muitos tentaram, porém sem êxito. – O tempo passou e o nó e o mistério permaneceram.

Mas depois de 500 anos, Alexandre, o Grande, ao ouvir relatos sobre esta lenda em sua passagem pela Frígia, ficou intrigado e decidiu ir pessoalmente ao Templo de Zeus, para ver o mítico nó de Górdio. Ao se deparar com o famoso e gigantesco nó, Alexandre ficou-se por um instante analisando-o com olhar profundo, como que ponderando todas as possibilidades, doravante sacou sua espada e com um único golpe cortou o nó...

3. METODOLOGIA - *O Caminho e os Passos*

3.1 *A Pesquisa Social*

Os fenômenos sociais exigem procedimentos científicos particulares para uma melhor compreensão de suas variáveis. Assim, para abarcar tal intento, eis que surge a Pesquisa Social; definida por Gil (2008) como um processo que – apoiado no método científico - possibilita a aquisição de novos conhecimentos no campo da Realidade Social. Por sua vez, a Realidade Social nada mais é do que a dinâmica da vida individual e coletiva, além de toda vasta gama de sentidos que dela emana (MINAYO, 2001).

3.2 *Estrutura da Pesquisa*

O presente trabalho pode ser definido como uma pesquisa exploratório-descritiva, já que tem como escopo proporcionar uma visão geral acerca de um tema pouco estudado e também analisar as características de um determinado grupo (GIL, 2008). De tal modo, o trabalho promove uma combinação de variáveis quantitativas e qualitativas, pois de acordo Minayo (2001) tais elementos não se antagonizam, ao contrário, acabam por se complementarem, uma vez que a realidade abordada por ambos interage dinamicamente, eliminando assim a dicotomia. Para tanto, o trabalho fora composto por dois instrumentos de pesquisa: questionário assistido/semiestruturado e a técnica de Rede Semântica Natural.

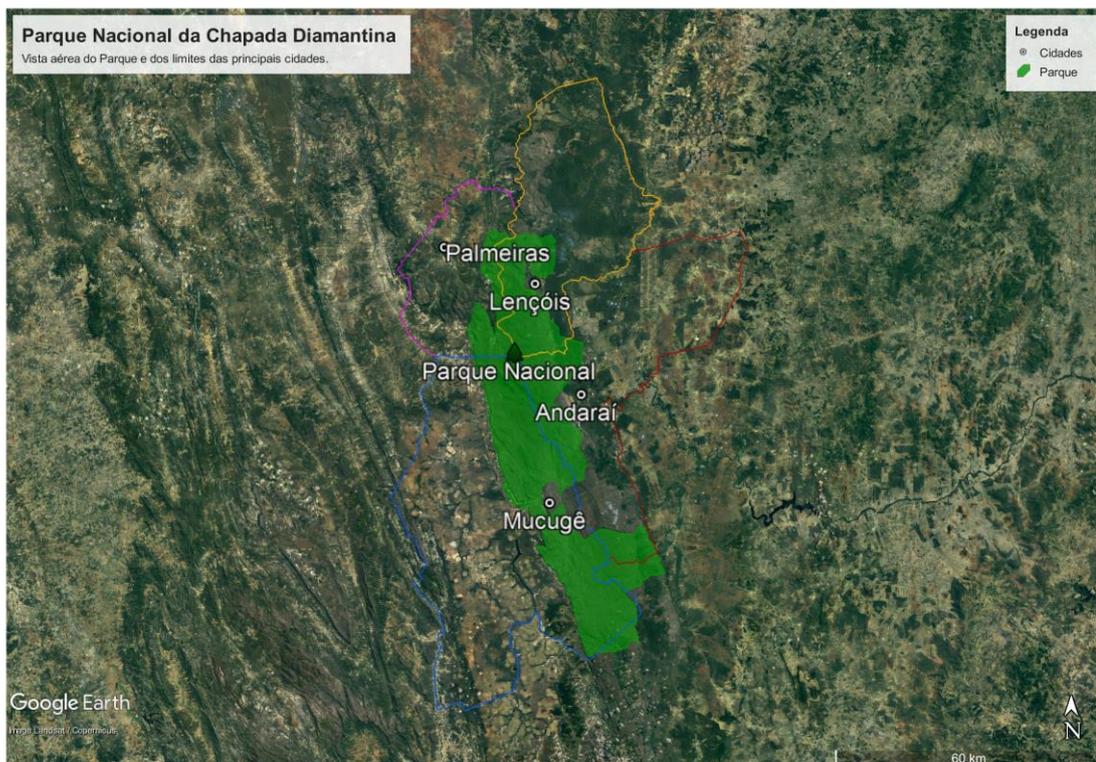
3.3 *Uma Questão de Ética*

É importante ressaltar que a proposta do referido trabalho fora submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal do Recôncavo (CEP - UFRB), via Plataforma Brasil, em Outubro de 2017. No entanto, por fatores meramente burocráticos, até o término desta pesquisa, não fora emitido o aval definitivo por parte do referido comitê. Fato que consterna, uma vez que inviabiliza futuras publicações deste trabalho em periódicos científicos, porém, não o invalida enquanto atividade de interesse acadêmico.

3.4 Caracterização da Área de Estudo

Criado em 1985, através do Decreto nº 91.655, o Parque Nacional da Chapada Diamantina - PNCD tem como principal desígnio a proteção dos ecossistemas da Serra do Sincorá, na Chapada Diamantina, garantindo assim como a preservação de seus recursos naturais e contribuir para salvaguardar os sítios de interesse histórico-cultural (BRASIL, 1985). Ocupando uma área de aproximadamente 152.441 hectares, o Parque abrange o território de seis municípios baianos: Palmeiras, Lençóis, Andaraí, Mucugê, Ibicoara e Itaetê. O Parque Nacional da Chapada Diamantina foi uma das primeiras Unidades de Conservação do país a implantar seu Conselho Consultivo, no ano de 2001, através da Portaria IBAMA n. 185 de 19/12/2001. Entretanto, o PNCD ainda enfrenta problemas com atividades conflitantes como: a caça de animais silvestres, a pecuária extensiva nos campos nativos, coleta de plantas ornamentais, o garimpo clandestino, extração de areia e pedras para a construção civil e incêndios florestais (ICMBio, 2007). Outra problemática que merece destaque é quanto à ocupação da área da unidade de conservação, pois estima-se que cerca de 700 pessoas (aproximadamente 160 famílias) ainda residem no interior do Parque (FUNCH, 1997; apud ALMEIDA, 2012).

Figura 2: Vista aérea do PNCD e dos limites das quatro cidades pesquisadas.



Fonte: Google Earth (editado).

Por conta de questões metodológicas e logísticas, dentre as seis cidades que compõem o PNCD, foram escolhidos para execução da pesquisa os quatro municípios que formam a maior parte da área do Parque Nacional, a saber:

Andaraí - Inicialmente habitada pelos índios Cariris, fora alçada à categoria de cidade em 1891. O seu território ocupa uma área de 1.861,7 km² e possui uma população de aproximadamente 13.960 habitantes, o que leva a uma densidade demográfica de 7,5 hab/km² (IBGE, 2010).

Lençóis - Elevada à categoria de cidade em 1864, Lençóis possui um território estimado de 1.277 km², uma população de 10.368 habitantes e uma densidade demográfica de 8,1 hab/km² (IBGE, 2010).

Mucugê - Emancipada no ano de 1890 com o nome de São João do Paraguaçu, passou a ser definitivamente denominada de Mucugê em 1917. Possui um território de aproximadamente 2.455 km², uma população de 10.545 habitantes e uma densidade demográfica de 4,3 hab/km² (IBGE, 2010).

Palmeiras - Declarada como cidade em 1930, Palmeiras atualmente abriga a sede do PNCD, apresenta uma população de 8.410 habitantes, um território de 657,7 km² e uma densidade demográfica de 12,79 hab/km² (IBGE, 2010).

3.5 A Perda Arte da Escutatória

Rubens Alves (1933-2014) ressaltou – em uma de suas belas crônicas – que todos querem aprender a falar, mas que, antes de tudo, seria interessante que todos aprendessem a ouvir. Segundo ele, ao invés de criarmos cursos de oratória, deveríamos ofertar cursos de escutatória. – Lúcida ponderação.

Escutar é um dos componentes fundamentais do diálogo. Ouvir o que um indivíduo ou determinado grupo tem a dizer é indispensável para estabelecer relações sociais equilibradas – obviamente, respeitando também os conhecimentos prévios destes atores da trama social.

Assim, partindo desta premissa, o presente trabalho usou como um de seus instrumentos de pesquisa o modelo de questionário assistido/semiestruturado, sem a identificação do entrevistado, contendo questões abertas e fechadas (**Anexo 1**), para de tal modo tentar compreender a perspectiva dos moradores do entorno do PNCD, captando (escutando) e registrando as suas considerações.

Figura 3: Aplicação do questionário e execução da técnica de Rede Semântica Natural em Palmeiras-BA.



Foto: Kayque Pereira.

O questionário é um instrumento de pesquisa que permite levantar informações sobre atitudes, interesses e opiniões de um determinado grupo (PERRIEN, 1986). A escolha para realizar a aplicação de um questionário do tipo assistido, fora, essencialmente, para permitir a participação de pessoas de qualquer nível de escolaridade. Outra vantagem deste modelo de coleta de dados provém do fato de que o pesquisador pode acompanhar as respostas e coordenar as perguntas de forma direta (NOGUEIRA, 2002).

3.6 Uma Rede de Possibilidades

Os estudos desenvolvidos por Collins & Quillian (1969) sobre o mecanismo da memória semântica indicaram que a informação em nossa mente se organiza em uma espécie de rede de conceitos (MEDINA, 1998). Tal concepção serviu de base para os estudos de outros pesquisadores que buscavam se aprofundar na compreensão da estrutura dos processos cognitivos; como fora o caso de Figueroa (1980), que propôs o modelo de Rede Semântica Natural.

O modelo de Rede Semântica Natural proposto por Figueroa surge da necessidade de se avaliar o elemento semântico de forma mais direta e simples, sem a obrigatoriedade de modelos informatizados para assim fazê-lo. Esta técnica permite a avaliação de significados tanto de forma individual quanto de forma coletiva (DOMÉNECH *et al*, 2002).

A técnica descrita por Figueroa apresenta a seguinte ordem estrutural:

- Estímulo - É o elemento inicial da técnica, que pode ser desencadeado através da linguagem oral, escrita ou imagética;
- Palavras Definidoras - Conjunto formado pelas primeiras cinco palavras que surgem em resposta ao estímulo;
- Hierarquias - Atribuição de valor de prioridade (importância) para o conjunto das cinco palavras definidoras.

Uma vez efetuada a sequência supracitada, se obtém a base de dados para a definição dos quatro valores fundamentais dos resultados da Rede Semântica Natural:

Valor J¹- Corresponde ao total de palavras geradas (tamanho da Rede);

¹ Ressalto que para o presente trabalho, por questões práticas, algumas palavras com alto grau de sinonímia acabaram sendo agrupadas em um único termo semântico, como por exemplo: “mato”, “vegetação” e “planta”, que foram agrupadas no termo “flora”.

Valor M - Provém da multiplicação entre a frequência de aparição e a hierarquia das palavras definidoras, sendo denominado de Peso Semântico;

Conjunto SAM - É o grupo constituído pelas palavras definidoras que obtiveram os maiores pesos semânticos (valores M), contendo normalmente de 10 a 15 palavras;

Valor FMG - É o indicador da distância semântica entre as palavras definidoras que compõem o conjunto SAM, expresso em forma de porcentagem (DOMÉNECH *et al*, 2002).

3.7 Levantamento dos Dados

Um questionário assistido/semiestruturado (**Anexo 1**) e uma ficha para a técnica de Rede Semântica Natural (**Anexo 2**) foram aplicados entre os dias 02 e 05 de novembro de 2017, nos municípios de Palmeiras, Lençóis, Andaraí e Mucugê, obtendo-se assim um total de 119 pessoas entrevistadas.

3.8 Análise dos Dados

Questionário

Os resultados das questões fechadas foram registrados em planilhas do programa Microsoft Excel 2007, a princípio divididos por cidades e posteriormente compilados em uma planilha geral. Uma vez organizados, os dados foram submetidos ao programa estatístico SAEG 4.0, para a realização de uma análise de frequências cruzadas dos resultados e subsequente obtenção dos respectivos percentuais; bem como a correlação entre algumas variáveis e o nível de significância dos dados, através da execução do teste Qui-Quadrado de Pearson.

É relevante salientar que no caso específico da única questão aberta do questionário, os resultados obtidos foram registrados e ordenados de acordo à frequência de repetição, gerando assim uma lista com os dez termos mais citados pelos entrevistados (**Tabela 1**).

Rede Semântica Natural

A análise das informações obtidas a partir da Rede Semântica Natural seguiu o modelo proposto por Reyes (1993). Desta forma, a avaliação fora arquitetada através da seguinte dinâmica de tratamento dos dados:

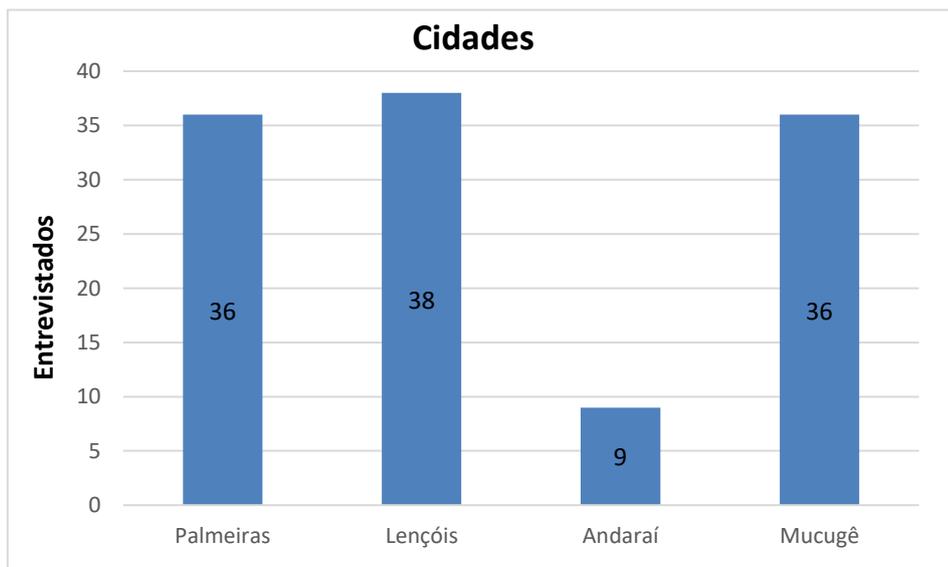
A princípio, efetuou-se a estruturação dos dados em uma planilha do programa Microsoft Excel 2007, constando na primeira coluna todas as palavras definidoras (Valor J) obtidas a partir do estímulo; nas colunas subsequentes foram dispostas as posições das Hierarquias, ou seja, em uma ordem de 1 a 5, sendo estas intercaladas por uma coluna para abarcar o produto da multiplicação de cada posição pelo seu respectivo peso hierárquico; na sequência, a próxima coluna abrigou os resultados do peso semântico de cada palavra definidora (Valor M); depois, gerou-se um gráfico linear para se definir as palavras que apresentaram maior peso semântico, estabelecendo os parâmetros de corte para formar a última coluna com os valores das distâncias semânticas entre as palavras definidoras (Valor FMG), e deste modo definir o universo do Conjunto SAM. Uma vez consolidado o universo de palavras definidoras com maior peso semântico, estas foram inseridas em uma nova planilha, junto com os seus respectivos Valores M e Valores FMG, para a criação de um gráfico do tipo radar, que permitiu uma melhor visualização e interpretação dos resultados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Perfil dos Entrevistados

A pesquisa contou com a participação de 119 entrevistados, sendo que deste total 50,42% (60) eram do sexo masculino e 49,58% (59) eram do sexo feminino. O número de participantes por município se manteve praticamente uniforme, com exceção da cidade de Andaraí que apresentou – por razões diversas: logística, tempo hábil para execução da pesquisa, resistência por parte da população local em conceder entrevista, etc. – o menor número de pessoas entrevistadas, como demonstra o quadro abaixo:

Gráfico 1: Número de pessoas entrevistadas em cada município pesquisado.



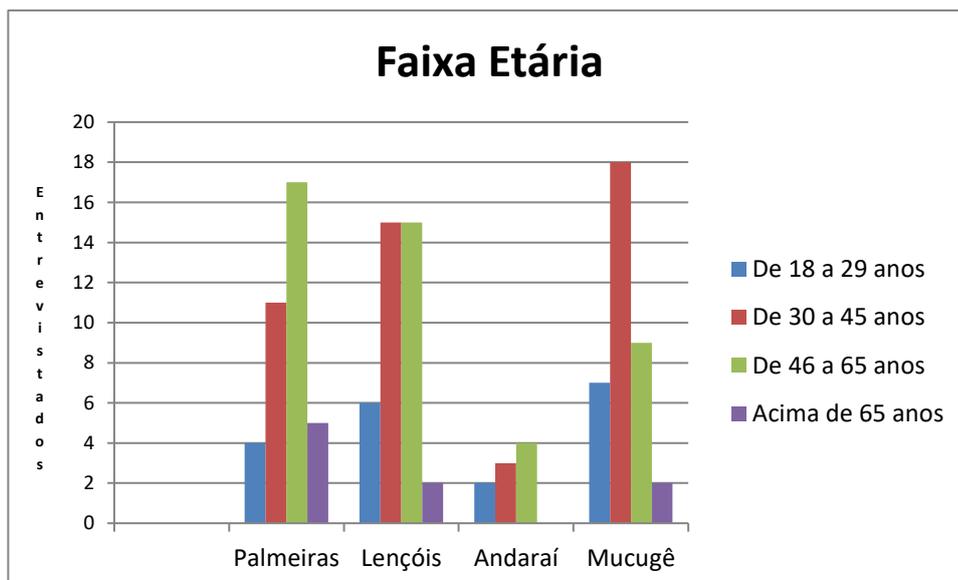
Fonte: Dados da Pesquisa.

Os entrevistados apresentaram os mais diversos níveis de escolaridade, desde pessoas não alfabetizadas até portadoras de diploma de ensino superior. No entanto, houve um grande predomínio de indivíduos com ensino médio completo, o que corresponde a um percentual de 45,38% do público pesquisado, como explicitado no quadro seguinte:

Gráfico 2: Grau de escolaridade dos moradores entrevistados na região do PNCD.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Outro aspecto que apresentou grande variação foi o fator idade, com maior incidência de indivíduos na faixa etária entre os 30 e 45 anos, representando 39,49% dos entrevistados:

Gráfico 3 : Faixa etária dos moradores entrevistados na região do PNCD.

Fonte: Dados da Pesquisa.

4.2 Por entre as veredas das Respostas

Da Importância do PNCD

Dentre os elementos abarcados pelo questionário, estava a percepção acerca da importância do PNCD tanto para o desenvolvimento da região quanto para sua ação de proteção ambiental. Assim, quando indagados sobre as duas perspectivas supracitadas, os moradores demonstraram uma visão relativamente positiva para com estas facetas do Parque, pois para 84,04% ($p < 0,05$) dos entrevistados o PARNA contribuiu de alguma maneira para o desenvolvimento local e para 93,28% ($p < 0,05$) esta área protegida desempenha um importante papel na preservação da natureza. Este último resultado fora bastante similar ao encontrado por Almeida & Mota (2015), que ao analisarem a percepção ambiental dos moradores do entorno de uma RPPN na microrregião do Caparaó, constataram que 96% das pessoas entrevistadas julgavam que a criação da referida Unidade de Conservação de uso sustentável fora um processo muito relevante para a proteção do meio ambiente.

Ainda seguindo no mérito das contribuições do PNCD, outro aspecto digno de nota fora o fato da cidade de Palmeiras (que abriga a sede do Parque) ter apresentado o maior índice de pessoas que não acreditam que o PARNA tenha contribuído para o progresso da região, o que correspondeu a um percentual de 27,78% dos entrevistados nesta localidade. Drummond (2002) ressalta que as restrições de uso dos recursos e a limitação do acesso aos espaços protegidos desperta a insatisfação por parte das comunidades adjacentes. Para Gonçalves & Hoeffel (2012) o ato de criação de uma área protegida é potencialmente conflitante, pois gera uma série de transformações socioambientais. As constatações supracitadas podem justificar os resultados obtidos em Palmeiras, pois é possível considerar que a elevada taxa de rejeição pode ser um resquício da relação estabelecida pelos antigos gestores da Unidade de Conservação, principalmente no período de implantação, uma vez que a dinâmica de tal processo pode ter construído junto à comunidade local uma imagem estigmatizada da figura do órgão ambiental responsável e, conseqüentemente, dos seus membros.

O Anseio por Mais (In)Formação

A oferta de palestras e cursos voltados para a comunidade foi uma demanda evidenciada a partir da aplicação do questionário; uma vez que 84,03% ($p < 0,05$) das pessoas

demonstraram o desejo de participar destes espaços educativos e 58,27% dos entrevistados jamais participaram de qualquer atividade desenvolvida pela gestão do PARNA. Concomitante a isto, a pesquisa também registrou um elevado número de sugestões para melhorias na divulgação das atividades desenvolvidas pelo PNCD. Em um estudo sobre percepção ambiental dos moradores do entorno do Parque Nacional de Catimbau, Bragagnolo et al (2016) destacam a necessidade dos gestores desenvolverem atividades educativas para promover uma maior interação com a comunidade, como uma estratégia para superar conflitos e melhorar a relação com os moradores do entorno.

A Necessidade de Estabelecer o Diálogo

Visando uma gestão ambiental mais eficiente e eficaz, os gestores de espaços naturais protegidos devem interagir dialogicamente com os diversos setores da sociedade, pois, definitivamente, as Unidades de Conservação não podem se converter em ilhas, mesmo que algumas gestões equivocadas tentem promover o isolamento destas (MMA, 2015).

Nesta perspectiva, o PNCD precisa construir pontes para estabelecer uma maior interação com as diferentes esferas sociais, haja vista que 92,44% das pessoas entrevistadas nunca participaram de uma Audiência Pública promovida pela gestão do PARNA. No aspecto que tange ao contato dos funcionários do Parque com a população local, 67,23% ($p < 0,05$) dos moradores entrevistados nunca estabeleceram nenhum tipo de contato com membros do ICMBio, e dos 32,57% das pessoas que afirmaram já haver tido alguma forma de contato, cerca de 53,84% deste percentual fora de natureza profissional: relações comerciais e/ou prestação de serviços.

O Horizonte da Participação Popular

A concepção dicotômica entre a natureza e a sociedade propagada pela abstração do senso comum, deve ser superada através do uso de instrumentos institucionais que promovam cidadania, participação e controle social (IBASE, 2006). Desta forma, para potencializar a interação da gestão das áreas protegidas com a comunidade e, assim, consolidar as políticas públicas, é necessário o fortalecimento dos mecanismos de comunicação social, promovendo a avaliação constante destes meios de difusão de informações, aliado ao processo de expansão das ações de educação ambiental (MMA, 2015). Contemplando as recomendações

supracitadas, segue na tabela abaixo uma lista com as dez principais sugestões dos moradores do entorno para a gestão do PNCD:

Tabela 1: Lista com as dez principais sugestões dos moradores do entorno do PNCD.

Sugestões	Percentuais
1 - Promover mais atividades de Educação Ambiental	17,2%
2 - Melhorar a comunicação com a comunidade	15,6 %
3 - Promover maior participação da comunidade	13,3%
4 - Realizar melhorias na fiscalização	13,3%
5 - Aperfeiçoar as ações de combate a incêndios	8,6%
6 - Promover cursos e palestras	5,5%
7 - Realizar melhorias gerais	4,7%
8 - Melhorar o sistema de saneamento Básico	3,9%
9 - Demonstrar mais respeito para com a comunidade	2,3%
10 - Credenciar os guias e conservar as trilhas	1,6%

Fonte: Dados da Pesquisa.

A lista exposta na tabela anterior revela alguns dos maiores anseios dos moradores do entorno, com destaque para a educação ambiental, a comunicação, a participação popular e o monitoramento. Corroborando com dois dos aspectos anteriores, a pesquisa constatou que 99,16% das pessoas entrevistadas consideram importante que as ações socioambientais desenvolvidas pela gestão do PNCD possam ser previamente expostas e debatidas com a comunidade local.

Outro ponto da referida lista que merece ser destacado é a sugestão de que o ICMBio promova melhorias no sistema de saneamento básico da região, o que, apesar de ser um aspecto ambiental, se configura como uma explícita confusão de atribuições legais, pois de acordo com o disposto na Lei nº 11.445 de 2007, que institui a Política Nacional de Saneamento Básico, cabe ao titular ou prestador de serviço (mediante contrato) a responsabilidade pela execução dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais, além da limpeza das ruas e manejo de resíduos sólidos (BRASIL, 2007). Assim, nos municípios envolvidos na presente pesquisa, a limpeza pública é de responsabilidade das respectivas prefeituras, enquanto que o serviço de água e esgoto é executado pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento - Embasa S.A., salvo no caso da cidade de Mucugê, que tem como empresa responsável o Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE. Entretanto, este equívoco realçou a necessidade que a comunidade local tem por mais acesso à informação – o que só reforça a importância da efetivação da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação (ENCEA) –, além de trazer à luz uma demanda concreta de melhoria do serviço público de saneamento básico, uma vez que o percentual de domicílios com acesso a um sistema de esgotamento sanitário adequado é vergonhosamente baixo nos municípios pesquisados: Lençóis (54,8%), Mucugê (36,8%), Palmeiras (28,1%) e Andaraí (12%) dos domicílios (IBGE, 2010).

4.3 As Nuances da Rede Semântica Natural

Considerando que o cerne do conhecimento envolve elementos cognitivos, emocionais e comportamentais; as iniciativas de se tentar quantificar o que um determinado indivíduo ou grupo conhece acerca de algo, por vezes, esbarram nas paredes da subjetividade. Deste modo, a técnica de Rede Semântica Natural tenta transpor a barreira subjetiva que envolve o pensamento humano, para expressar de forma mais precisa e concreta a sua essência.

A aplicação da técnica de Rede Semântica Natural nos quatro municípios escolhidos para a presente pesquisa apresentou um rico universo vocabular – mesmo depois de agrupados os termos com elevado grau de sinonímia –, proporcionando um Valor J = 155 palavras definidoras a partir do estímulo oral: “Parque Nacional da Chapada Diamantina”. Assim, deste vasto conjunto, foram selecionadas as quinze palavras que apresentaram o maior peso

semântico (Valor M), para constituírem o Conjunto SAM da região do entorno do PNDC, que pode ser devidamente visualizado na tabela abaixo:

Tabela 2 - Conjunto SAM com as palavras definidoras com maior Peso Semântico (PS) e suas respectivas Distâncias Semânticas (DSC) na região do Parque Nacional da Chapada Diamantina.

DEFINIDORAS	PS (Valor M)	DSC (Valor FMG) %
Natureza	194	100 %
Preservação	181	93,3%
Turismo	67	34,5%
Fauna	64	33,0%
Flora	63	32,5%
Biodiversidade	47	24,2%
Cachoeira	46	23,7%
Incêndios	46	23,7%
Conservação	42	21,6%
Conscientização	42	21,6%
Beleza	40	20,6%
Água	38	19,6%
Respeito	38	19,6%
Emprego	35	18,0%
Cuidado	32	16,5%

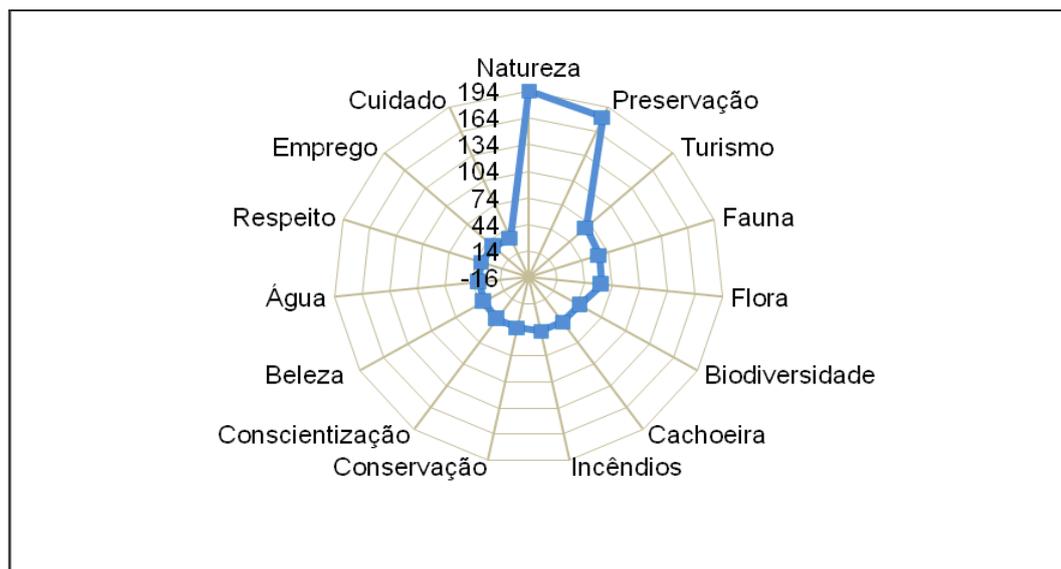
Fonte: Dados da Pesquisa.

Podemos observar na tabela acima uma expressiva distância semântica (Valor FMG) entre as duas palavras definidoras com maior peso semântico e as demais. Isto denota que a população local julga muito importante a natureza, bem como a sua preservação. Todavia, a assombrosa distância para as palavras definidoras subsequentes também aponta para um déficit de

relevância para elementos delicados e centrais nas discussões socioambientais locais, como é o caso da questão dos incêndios florestais, o fator hídrico e o componente de conscientização dos agentes sociais envolvidos.

No gráfico abaixo podemos evidenciar a discrepância na dinâmica de distribuição das palavras definidoras e suas respectivas distâncias semânticas que compõem o Conjunto SAM:

Gráfico 4 : Rede Semântica Natural da Região do Parque Nacional da Chapada Diamantina.



Fonte: Dados da Pesquisa.

Outro ponto relevante e que precisa ser destacado, é o fato da palavra “Turismo” ter alcançado o terceiro maior peso semântico da rede. Considerando que o turismo representa uma das maiores fontes da economia local, é mais do que natural que esta atividade permeie o pensamento dos moradores da região, porém, é mister dizer que o crescimento desordenado deste setor representa uma grande problemática a ser enfrentada pela gestão do PNCD. Oliveira (2007) aponta que os danos provenientes do turismo na região de Lençóis podem chegar a níveis alarmantes nos próximos períodos. Borsanelli *et al* (2015) indicam, em um estudo sobre os impactos do turismo nas cavernas da região da Chapada Diamantina, a necessidade de estabelecer mecanismos de controle e fiscalização sobre a atividade turística, para assim reduzir os impactos da visitação nestas áreas.

Em síntese, a Rede Semântica Natural do PNCD mostrou um predomínio de termos que de alguma maneira estão mais atrelados aos elementos naturais e a proteção destes; edificando uma discreta divergência com alguns aspectos observados no questionário, uma vez que, salvo a destacada presença do termo turismo, os resultados da rede realçam muito a faceta ambiental da Unidade de Conservação em relação ao seu subsídio para o desenvolvimento socioeconômico da região.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um modo geral, a pesquisa evidenciou que a comunidade local compreende a importância do PNCD para a preservação do meio ambiente; bem como se mostrou deveras aberta ao diálogo, contudo, exigindo – como contrapartida dos gestores do Parque Nacional – mais respeito e participação.

Os resultados, tanto do questionário como da Rede Semântica Natural, apontaram para a vasta necessidade de potencializar as ações de educação ambiental, comunicação e participação social na região do entorno do Parque Nacional da Chapada Diamantina. Deste modo, fazendo jus aos princípios de gestão participativa e controle social preconizados pela legislação ambiental vigente, o ICMBio deve fortalecer o conselho consultivo local e efetivar as diretrizes estabelecidas pela Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação (ENCEA).

No mais, ressalto a relevância da realização de pesquisas futuras para uma melhor compreensão da relação complexa entre a gestão desta Unidade de Conservação e a comunidade do seu entorno, pois este fora apenas um parco e curto passo científico rumo a uma análise muito mais profunda...

“Then, all of the credit is due to Allah. Only the mistakes have been mine.”

Malcolm X.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES L. A. C., REZENDE J. L. P., PEREIRA J. A. **A Evolução da Legislação Ambiental no Brasil** - Revista em Agronegócios e Meio Ambiente, v.2. 2009.

BORSANELLI, F. A; SEIXAS, C. L; . LOBO, H. A. S. **Identificação dos Impactos do Espeleoturismo nas Cavernas Turísticas da Chapada Diamantina: Abordagem Preliminar por meio da Percepção Visual** Anais do 33º Congresso Brasileiro de Espeleologia Eldorado SP, 15-19 de julho de 2015 - Sociedade Brasileira de Espeleologia. 2015.

BRAGAGNOLO, C; GAMARRA, N. C; MALHADO, A. C. M; LADLE, R. J. **Proposta Metodológica para Padronização dos Estudos de Atitudes em Comunidades Adjacentes às Unidades de Conservação de Proteção Integral no Brasil**. Revista Biodiversidade Brasileira, nº1. 2016.

BRASIL. Decreto nº 91.655 Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91655-17-setembro-1985-441832-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 29 de novembro de 2017.

BRASIL. **Lei n 9.985, de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225 § 1, incisos I, II, III e IV da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidade e Conservação da Natureza. Brasília, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm. Acesso em: 22 de dezembro 2017.

BRASIL. Lei nº 11.445, de janeiro de 2007. Política Nacional de Saneamento Básico. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm. Acesso em: 29 de dezembro de 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Lei n 9.985, de 18 de julho de 2000**. Sistema Nacional de Unidade e Conservação da Natureza. Brasília 2000. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>>. Acesso em: 22 de dezembro de 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006**. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Brasília: MMA, 2011. 76 p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Política Nacional de Saneamento Básico: Lei nº 11.445 de 5 de Janeiro de 2007. Brasília: MMA, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm. Acessado em: 22 de dezembro de 2017.

CAFÉ, J. T. D. & BRITO, A **Chapada Diamantina e o Desenvolvimento Regional Sustentável**. In: Bahia: análise e dados. V. 6, nº 18, p. 64-71, 1996.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo, Editora Ática, 1999.

Collins & Quillian - **The Hierarchical Network Model of Semantic Memory** - 1969.

DORST, J. **Antes que a natureza morra**. São Paulo: E. Blucher, 1973.

DRUMOND, M. A. **Participação Comunitária no Manejo de Unidades de Conservação: Manual de Técnicas e Ferramentas**. Belo Horizonte, 2002.

DOMÉNECH, S. J. M; CARRANZA, E. L; ROJANO, A; VELASCO, E. **Manual para obtener la estructura de una red semántica**. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2002.

FALCÓN G. A. & DUTRA C. M. M. Diamante. Apud: **Centro de Planejamento e estudos da Bahia. A Inserção da Bahia na Evolução Nacional**, 1ª Etapa 1850-1889, Atividades Produtivas, Salvador, v. 2, 1978, p.91-126.

FIGUEIREDO, L. V. R. **Percepção ambiental em uma unidade de conservação de proteção integral** [manuscrito] / Lisa Vany Ribeiro Figueiredo. 2011.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz. Terra, 1975.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 1 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREISLEBEN, A. C., **A Educação Ambiental na Perspectiva Dialética Materialista**, 2013. Revista Eletrônica Georaguaia. Barra do Garças-MT. V 3, n.2, p 100 - 112. agosto/dezembro. 2013.

FUNCH, R. (1997) - **Um Guia para o Visitante da Chapada Diamantina: o circuito do diamante**. Salvador: Secretária de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, EGBA. Apud: ALMEIDA, J. R. - **Geoturismo e Turismo de Aventura no Vale do Pati - Parque Nacional da Chapada Diamantina (Bahia, Brasil)**, 2012.

GANEM, R. S. & VIANA, M. B. - **História Ambiental do Parque Nacional da Chapada Diamantina/BA**. 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social / Antonio Carlos Gil**. - 6. ed. - São Paulo, Atlas, 2008.

GONÇALVES N. M; HOEFFEL, J. L. M. **Percepção Ambiental sobre Unidades de Conservação: Os Conflitos em orno do Parque Estadual de Itapetinga – SP**. Revista VITAS -Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade, Nº 3, junho de 2012.

HASSTER, M. L. **A Importância das Unidades de Conservação no Brasil**, Revista Sociedade & Natureza, Uberlândia, 2005.

IBASE. **Gestão participativa em unidades de conservação**. Rio de Janeiro: IBASE/Instituto Terra Azul, 2006. Disponível em: <www.ibase.org.br> Acesso em: 02 de janeiro de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. BAHIA – ANDARAÍ. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=292350&search=%7C%7Cinfo%EFicos:-hist%F3rico> Acesso em: 14 de dezembro de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. BAHIA – LENÇÓIS. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=292350&search=%7C%7Cinfo%EFicos:-hist%F3rico> Acesso em: 14 de dezembro de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. BAHIA – MUCUGÊ. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=292350&search=%7C%7Cinfo%EFicos:-hist%F3rico> Acesso em: 14 de dezembro de 2017.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. PARNA DA CHAPADA DIAMANTINA. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/caatinga/unidades-de-conservacao-caatinga/2129-parna-da-chapada-diamantina.html> Acesso em: 25 de novembro de 2017.

JACOBI, C. M.; FLEURY, L. C.; ROCHA, A. C. C. L. Percepção ambiental em unidades de conservação: experiência com diferentes grupos etários no parque estadual da serra do rola moça, MG. In: **7º Encontro de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais**. Belo Horizonte. Anais do 7º Encontro de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais. 2004. p. 1-7.

Konder, L. **O que é Dialética**. - São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos. Ed. 23), 6ª reimpressão da 28. ed. de 1981.

MATTA, P. M. **O garimpo na Chapada Diamantina e seus impactos ambientais: uma visão histórica e suas perspectivas futuras** / Paulo Magno da Matta - Salvador, 2006.

MEDINA, José Luis Valdéz. **Las redes semánticas naturales: Usos y aplicaciones en psicología social**. [s.l.]: Universidad Autónoma del Estado de México, 2004. 157 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MISI, A. & M.G. SILVA. 1994. . Série Roteiros Geológicos, Salvador, SBG Núcleo BA-SE, 194 p. **Chapada Diamantina Oriental Bahia: geologia e depósitos**. Salvador. Secretaria da Indústria, Comércio e Recursos Minerais.

MMA. Brasil, Ministério do Meio Ambiente. **Programa Nacional de Áreas Protegidas**, 2007.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/09/005 - Educação Ambiental – EEN. Caderno 4**. Brasília, 2015.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/09/005 - Educação Ambiental – EEN. Caderno 2.** Brasília, 2015.

MMA, 2017 Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc> Acessado em: 20 de dezembro de 2017.

NOGUEIRA, R. *Elaboração e análise de questionários: uma revisão da literatura básica e a aplicação dos conceitos a um caso real* / Roberto Nogueira. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPEAD, 2002.

OLIVEIRA, C. R. **Consequências da Evolução do Turismo na Chapada Diamantina - Trabalho de campo em Lençóis - Bahia - Universidade Federal de Juiz de Fora.** 2007.

PALMIERI, R. & VERISSÍMO, A. **Conselhos de Unidades de Conservação - Guia Sobre a Criação e seu Funcionamento.** Piracicaba: ImaFlora, SP; Belém: Imazon, PA, 2009.

PERRIEN, J. e All. *Recherche en Marketing: méthodes et décisions.* Gaetan Morin, Canada, 1986.

PRADEICZUK, A. *et al* **Percepção Ambiental no Entorno da Unidade de Conservação Parque Estadual das Araucárias.** Revista Grifos - N. 38/39. 2015.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço e Tempo. Globalização e Meio-Técnico Científico-Informacional.** São Paulo: Ed. Hucitec, 1994.

SAVIANI, Dermeval. *Apresentação à 3ª. Edição.* In.: NOSELLA, Paolo. **A Escola de Gramsci.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

TEXEIRA, W./ LINSKER R. **Chapada Diamantina: Águas do Sertão.** São Paulo, Terra Virgem, 2005.

TUAN, Y. **Topofilia - Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: Difel, 1980. 288p.

VASCONCELOS, F. A. **A Dialética em Marx.** Piauí. 2014.

VELLOSO, A. L. **Manual Técnico da Vegetação Brasileira.** Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

ANEXO I



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

Questionário sobre a percepção social acerca do Parque Nacional da Chapada Diamantina

Dados do Entrevistado (a):

Sexo: M () F ()

Idade:

Cidade de Origem:

Escolaridade: () Analfabeto () Ensino Fundamental Incompleto () Ensino Fundamental Completo
() Ensino Médio Incompleto () Ensino Médio Completo () Ensino Superior Incompleto
() Ensino Superior Completo

1 - Você acredita que o Parque Nacional da Chapada Diamantina colabora de alguma maneira para sua cidade e/ou região?

- () Colabora muito.
- () Colabora pouco.
- () Não colabora.
- () Não sei opinar.

2 - Você já participou de algum tipo de atividade (palestras, aulas, exposições, reuniões, etc.) desenvolvida pela gestão do Parque Nacional da Chapada Diamantina?

- () Sim, já participei. Especifique: _____
- () Não, nunca participei.

3 - Você gostaria de ter a oportunidade de participar ou de continuar participando de atividades desenvolvidas pela gestão do Parque Nacional da Chapada Diamantina?

- () Sim, gostaria.
- () Não, não gostaria.

4 - Você já participou de alguma Audiência Pública promovida pela gestão do Parque Nacional da Chapada Diamantina?

- () Sim, já participei. Especifique: _____
- () Não, nunca participei.

5 - Você julga importante que as ações de caráter socioambiental promovidas pela gestão do Parque Nacional da Chapada Diamantina sejam previamente expostas e debatidas com a comunidade local?

- () Importante.
- () Irrelevante.
- () Indiferente.

6 - Você conhece ou já ouviu falar do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)?

- () Sim.
- () Não.

7 - Você já estabeleceu contato direto com algum membro ou representante da gestão do Parque Nacional da Chapada Diamantina?

- () Sim, já estabeleci contato. De que forma se deu este contato? _____
- () Não, nunca estabeleci contato.

8 - Você acredita que a criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina foi importante para a sociedade como um todo e para a preservação do meio ambiente?

- () Importante.
- () Irrelevante.
- () Indiferente.

9 - Se você pudesse propor algo para a gestão do Parque Nacional da Chapada Diamantina, o que você gostaria de sugerir? _____

ANEXO II

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

Rede Semântica Natural**Estímulo (linguagem oral): “Parque Nacional da Chapada Diamantina”.**

Definição	Hierarquias
1 ^a -	1 ^a -
2 ^a -	2 ^a -
3 ^a -	3 ^a -
4 ^a -	4 ^a -
5 ^a -	5 ^a -